

Patrimônio natural é o guia simbólico do turismo em Curitiba-PR, Brasil

Maclovia Corrêa da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (ITFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

 <https://orcid.org/000-0003-4506-1985>

E-mail: macloviasilva@utfpr.edu.br

Maria Eugenia González Ávila

El Colegio de la Frontera Norte (EL COLEF), Monterrey, Nuevo León, México

Investigador Nacional – Sistema Nacional de Investigadores, Nível I

 <https://orcid.org/000-0002-5925-0704>

E-mail: megamar@colef.mx

Resumo: O texto explora a posição dos agentes públicos em Curitiba-PR para legitimar e perpetuar representações da realidade construída sobre a dimensão simbólica da presença de áreas verdes no espaço urbano. Parte integrante do imaginário social, dando-lhe sentido de existência, o patrimônio natural, protegido em áreas do território, guia e estimula a atividade turística na capital. O objetivo deste trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica, foi discutir as transformações no patrimônio natural que permitiram a percepção e aceitação de parques e bosques urbanos como figuras do corpo social e das atividades turísticas. A metodologia de análise foi qualitativa, com a seleção bibliográfica de textos interpretados teoricamente para elaborar a argumentação. Conclui-se que a importância da interiorização do patrimônio natural no sistema de valores e como recursos sociais, culturais e econômicos dominantes, não deixa de ser um guia para o desenvolvimento do turismo e uma garantia de sua existência na sociedade.

Palavras-chave: Patrimônio natural; Parques; Bosques; Linha Turismo; Curitiba-PR-Brasil.

Natural heritage is the symbolic guide to tourism in Curitiba-PR, Brazil

Abstract: The text explores the position of public agents in Curitiba-PR to legitimize and perpetuate representations of reality built on the symbolic dimension of the presence of green areas in urban space. An integral part of the social imaginary, giving it a sense of existence, the natural heritage, protected in areas of the territory, guides and stimulates tourist activity in the capital. The objective of this text, based on bibliographic research, was to discuss the transformations in the natural heritage that allowed the perception and acceptance of urban parks and forests as figures of the social body and tourist activities. The analysis methodology was qualitative, with bibliographic selection of texts interpreted theoretically to elaborate the arguments. Concluding, the importance to internalize the natural heritage in the value system and as dominant social, cultural and economic resources, is still a guide for the development of tourism and a guarantee of its existence in society.

Keywords: Natural heritage; Parks; Groves; Tourist Line; Curitiba-PR- Brazil.

Texto recebido em: 12/04/2019

Texto aprovado em: 19/05/2020

Introdução

Dada sua posição ascendente na economia nacional, o patrimônio natural da cidade de Curitiba-PR, vegetação nativa abrigada dentro de parques e propriedades, desempenha funções importantes para o clima, a flora, a fauna, os serviços ecossistêmicos, a cadeia alimentar, e o solo. Constantemente a ação humana na natureza provoca desequilíbrios como o desaparecimento da biodiversidade e de espécies importantes e a invasão de outras intencionalmente plantadas para ornamentar, criar cenários, conter ventos, erosão, barreiras e alimentar animais (BALLÉ, 2006).

Muitas regiões que estavam ao léu começaram a ser transformadas em parques, uma novidade para a época. Até então, o único parque público do município era o Passeio Público, inaugurado em 1886. Somente em 1959 foi criado o segundo parque curitibano: o Parque da Barreirinha, na região norte da cidade, em uma localidade que pertencia ao Horto Municipal. No entanto, o espaço só foi entregue e aberto para a população em 1972, abrindo o leque de inaugurações do gênero em Curitiba. Dessa forma, constata-se que até o Plano Diretor de 1966 não havia uma definição regulamentada pela prefeitura sobre as áreas verdes e, embora possuísse bosques e matas particulares, a população curitibana somente contava com o Passeio público para uso geral (ANTONELLI, 2020).

Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, o patrimônio natural está definido como os monumentos naturais com formações físicas e biológicas, as zonas que abrigam espécies e vegetais em risco, e as zonas ou locais naturais, todos com valor universal, delimitados pelo Estado. Este é o responsável para assegurar a “identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º e situado no seu território constitui obrigação primordial” (CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972, p. 3).

Privilegiando e dando distinção para as áreas verdes, a cidade de Curitiba-PR legitima e reproduz uma realidade construída sobre a valoração interna do ambiente, produção e consumo de bens simbólicos. O objetivo deste trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica, foi discutir as transformações no patrimônio natural que permitiram a percepção e aceitação de parques e bosques urbanos como figuras do corpo social e das atividades turísticas. A metodologia foi de natureza

qualitativa, analítica, conforme as experiências teóricas das autoras, a objetividade do conhecimento científico, e as vivências históricas na cidade em estudo.

Além de embelezar o ambiente, as áreas verdes urbanas colaboram para melhorar a qualidade do ar, proteger mananciais e oferecer espaço de convívio social, recreação e lazer. Os conceitos de recreação, turismo e lazer são compreendidos neste texto consoante aos autores Cris Cooper, Mário Carlos Beni, Margarita Barreto, Tania Melquiades e Rodrigo Fonseca Tadini.

Segundo Cooper et al. (2001) recreação se refere a todas as atividades realizadas em momento de lazer. Lazer é aqui referenciado como o momento em que as pessoas realizam atividades de livre e espontânea vontade, sem as obrigações cotidianas. Convém mencionar que os autores dividem recreação em: recreação realizada em residências, recreação em atividades de lazer do cotidiano próximo ao logradouro, recreação em viagens de um dia e viagens temporárias para outras localidades fora do local de residência. A diferença, então, entre recreação e turismo para esses autores está no local de realização da atividade recreacional. As atividades de recreação residencial e os chamados lazer cotidianos são realizados nos limites geográficos residencial e local, já o turismo é realizado nos limites geográficos regional, nacional e internacional (TADINI, 2010, p. 109).

O conceito de turismo, além da dimensão econômica, tem no seu seio as práticas sociais e culturais, as quais estabelecem relações entre os turistas e as pessoas que moram no local. “O turismo tem sido responsável por mudanças sociais e culturais nos destinos. Turistas, destinos e moradores das regiões receptoras de turistas influenciam e são influenciados” (TADINI, 2010, p. 115).

A garantia de acesso aos territórios dos parques, principalmente, em Curitiba-PR, está facilitada pela “linha Turismo”, que circula por um trajeto específico, desde 1994, com um veículo *double-decker*. Paralelamente, as linhas de ônibus de bairros e o micro-ônibus que percorre a área central também complementam o acesso aos pontos turísticos e parques. Eles constituem sistemas simbólicos de transporte ideal para o Brasil, e fazem parte integrante do imaginário social, dando-lhe sentido de existência. “O exercício da dominação política se respaldou assim na ostentação das formas simbólicas, na representação” do poder municipal como parte integrante da realidade social (CHARTIER, 1991, p. 22).

Além do mais, estes espaços verdes constituem objeto de interesse e estudo de pesquisadores porque reúnem dimensões interdisciplinares que abrangem o campo da biologia, biodiversidade, espécies raras, plantas em extinção, do design e

da arquitetura, e conhecimentos da engenharia no meio urbano. Fundante das discussões no texto, o conceito de sistema simbólico como parte integrante do mundo social, dando sentido e permitindo a reprodução social, ele está intimamente ligado aos sistemas econômicos os quais organizam como será a representação do mundo natural e do social dividido em termos de classes hierárquicas (CATANI *et al.*, 2017).

Conforme Pierre Bourdieu (1989), o poder simbólico se define entre aqueles que exercem o poder e os que estão sujeitos a ele. Acredita-se na legitimidade das palavras, na pessoa que as profere sem questionar as relações de força “que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

A publicidade é bastante colaborativa no sentido de estimular o turismo na cidade e de vender uma imagem diferenciada de objetos e atitudes das demais cidades brasileiras. Enquanto espaços de conservação e preservação, os parques espelham para o público, em especial os frequentadores dos ônibus da Linha Turismo em Curitiba-PR, espaços organizados de lazer. As propriedades simbólicas destas representações “podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador” (BOURDIEU, 1989, p. 112).

Explorada pela dimensão simbólica de mostrar a natureza ordenada, modificada e transformada em parques, bosques, praças e jardinetes, a Linha Turismo tem transportado cada vez mais passageiros e cresceu 82%, entre 1995 e 2007, segundo dados da Secretaria Estadual de Turismo. Interessante destacar que grande parte dos usuários é morador da cidade. Em janeiro de 2015, a linha transportou 85.084 passageiros e em julho, 67.010 passageiros. No ano, foram 522 mil pessoas que usufruíram deste passeio (URBS – Urbanização de Curitiba, 2016). “Esses produtos do imaginário social tomam emprestadas referências espaciais enraizadas e bem localizadas que são submetidas à representação, tendo uma simbologia específica e validade indeterminada” (STÜRMER; COSTA, 2017, p. 51).

Em outubro de 2019, uma nova medida foi tomada para aumentar o número de usuários desta linha, incluindo ainda mais a população curitibana no rol de passageiros. O preço da passagem do ônibus Linha de Turismo era diferenciado, mais caro do que os cobrados nas linhas de ônibus regulares, e não se podia usar o cartão transporte Usuário, Estudante e Isento adotado nelas. Este é um documento pessoal, intransferível, emitido pela Urbanização de Curitiba (URBS), que pode ser

carregado com créditos nos postos de atendimento da mesma em terminais de ônibus (Ruas da Cidadania e Núcleos Regionais) e pela internet, e usado para pagar eletronicamente a passagem.

Para incentivar os moradores de Curitiba a usar a Linha Turismo, a Prefeitura de Curitiba vai permitir a utilização do cartão-transporte para embarque no ônibus que passa pelos principais pontos turísticos da cidade. A medida começa a valer na próxima terça-feira (15/10). O usuário do cartão avulso vai pagar o mesmo preço da passagem do ônibus convencional, R\$ 4,50, por embarque na Linha Turismo. O valor vale para terças, quartas e quintas-feiras. O projeto, batizado de Primavera Turística, vai até o fim da estação, em 20 de dezembro. A Urbanização de Curitiba (Urbs) estima um aumento de 12 mil passageiros na linha por mês (MORADORES... 2019).

O trajeto da Linha Turismo exhibe a importância e beleza dos parques como elemento integrante da paisagem da cidade, bem como museus, teatros e prédios universitários. As ações sobre a representação de mundo e a constituição dos fatos baseiam-se em crenças que reconhecem o poder do enunciador e a legitimidade de seus discursos (SOUZA, 2003). Este poder simbólico de inserir um discurso que alimenta representações de mundo é exercido por meio de mecanismos que fazem o senso torna-se equivalente ao consenso (CHEVALLIER; CHAUVIRÉ, 2010). Gera-se uma concepção homogênea sobre os elementos de integração social que permite a reprodução da concordância entre os grupos sociais. Os sistemas de representações produzem enunciados que colaboram para restituir as crenças em uma unicidade definida por uma dominação simbólica.

O que está nela em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida (identidade nacional), pelo menos as vantagens negativas implicadas no facto de já se não estar sujeito a ser-se avaliado ou a avaliar-se (...) em função dos critérios mais desfavoráveis (BOURDIEU, 1989, p. 125).

Já que a constituição do patrimônio natural se faz por legislações, pode-se afirmar que as representações ideológicas estão nos enunciados da base histórica da cidade de Curitiba. O mote do planejamento urbano e do controle sobre as águas na forma de parques data do século XIX e mais fortemente aplicado no século XX. A presença de propriedades públicas e seu manejo no espaço urbano para guardar e defender a diversidade biológica e cultural passou por doações de famílias

tradicionais, desapropriações, e por aquisições de direitos, como a outorga onerosa de construir e a isenção de impostos e taxas. Existem também Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal (RPPNMs), “uma categoria de unidade de conservação particular, criada por iniciativa do proprietário, com objetivo de conservar a diversidade biológica.

Nas palavras do Prefeito, a inclusão de novas áreas verdes de proprietários particulares na cidade está fortalecida pela legislação municipal e pela Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana (Apave). São iniciativas individuais que recebem contrapartida por parte do município e que atribui obrigações específicas.

É uma alegria podermos oferecer para os atuais curitibanos, para os curitibinhas e para os futuros curitibanos este legado de preservação”, destacou o prefeito Rafael Greca, enquanto defendeu também o equilíbrio no uso do instrumento da criação das reservas. Ele assinou o decreto de criação da RPPNM Agenor Maccari e entregou os certificados aos demais proprietários (CURITIBA... 2019).

Titula-se a RPPNM como uma Unidade de Conservação particular, que deve preservar a biodiversidade do local, a fauna e a vegetação nativa, sendo permitida atividades de pesquisa, recreação, educação ambiental e visitação de turistas (CURITIBA, decreto 521, 2013).

Os esforços de ordenamento territorial para integrar estes espaços sem criar paisagens descontextualizadas dos ritmos dos sistemas naturais e culturais também têm sido uma realidade construída para a cidade. A percepção do mundo social, conforme Bourdieu, tem o lado objetivo, o qual está estruturado pelas autoridades no espaço social, com princípios estruturantes da visão de mundo, e o subjetivo, que está sedimentado na linguagem e exprime os estados de variabilidade das relações de força simbólica. “O espaço social e as diferenças que nele se desenham “espontaneamente” tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida (...) isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes” (BOURDIEU, 1989, p. 144).

Espaços verdes nacionais: patrimônio natural

A preocupação nacional com os bens culturais e naturais aparece na Constituição Federal de 1934. No artigo 10, na terceira parte, aparece a ideia de

natureza e beleza natural em uma única frase: “III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 1934). Neste mesmo ano foi elaborado o Código Florestal Brasileiro.

O Código Florestal contribuiu para a criação do primeiro Parque Nacional brasileiro em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia, e dois anos depois foram criados os Parques Nacionais de Iguaçu e da Serra dos Órgãos. Porém, nos vinte anos seguintes nenhum outro parque foi criado. A política ambiental preservacionista dos anos 30 foi colocada em segundo plano nas décadas de 40 e 50, quando foram concentrados esforços na industrialização e no desenvolvimento acelerado (VIEIRA; CADER, 2007, p. 1).

Na Constituição Federal de 1937, o artigo está mais elaborado e insere as ideias de monumentalização, patrimônio e proteção nos três níveis de governo. “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios”. Na sequência: “Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional” (BRASIL, 1937).

A Constituição de 1946 deixa de mencionar a questão patrimonial das áreas naturais e culturais no artigo que trata da proteção dos bens. “Art. 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público” (BRASIL, 1946). A noção de patrimônio coletivo colabora para que as pessoas compreendam os benefícios diretos das áreas protegidas na qualidade de vida, aumentem a percepção ambiental do seu valor e usos socioculturais do ambiente, e nas leis de uso do solo.

Na cronologia de construção de arcabouço legal, a base de inspiração para as áreas protegidas, no Brasil, foi o Código Florestal, instituído pelo Decreto 23.793, que introduz a noção de área protegida. Mas apenas em 1965, o novo Código Florestal definiu parques nacionais como áreas especificamente dirigidas à finalidade de proteger atributos excepcionais da natureza, conciliando proteção da flora, fauna e das belezas naturais com objetivos educativos, recreativos e científicos (IRVING; MATOS, 2006, p. 91-92).

A junção entre patrimônio natural e cultural se perpetuou nas discussões de órgãos internacionais. Desde 1948, a conservação do ambiente natural é foco de atuação da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), rede

ambiental global que envolve atualmente organizações governamentais e 800 não-governamentais de 140 países. Ela auxilia o mundo encontrar soluções, mais pragmáticas, urgentes e desafiadoras que equilibrem o interesse pelo desenvolvimento e meio ambiente (IUCN, 2020).

O programa científico intergovernamental de intercâmbio de conhecimentos sobre o Homem e a Biosfera da década de 1970 propôs uma agenda interdisciplinar com as ideias centrais para melhorar as relações das pessoas com as necessidades de uso dos recursos ambientais evitando o desequilíbrio (BATISSE, 1980; 1992). Na Convenção de Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 foi elaborado um sistema internacional de proteção dos bens da cultura e da natureza, representado por termos de responsabilidade coletiva e solidariedade, entre nações, para a preservação de monumentos e ambientes naturais.

O entendimento da natureza e cultura, como patrimônios da humanidade, originou a criação do Comitê do Patrimônio da Humanidade na Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) “para proteger bens naturais e culturais de excepcional valor universal” (UNESCO, 1972; CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972).

Vinte anos mais tarde, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, foram discutidas estratégias e medidas para conter a degradação ambiental nacional e internacional sem abandonar a promoção do desenvolvimento. Dizia-se que os padrões de produção e consumo estavam em níveis insustentáveis, que a pobreza afetava a poluição e a saúde humana. Uma das soluções para isto viria da cooperação financeira, técnica e científica internacional dos países desenvolvidos para que os países subdesenvolvidos reduzissem os índices de degradação ecológica (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 2020).

Novos acordos mundiais foram firmados em 1992 para complementar as constantes necessidades de (re)ordenações de desequilíbrios ambientais atuais: Agenda 21, Carta da Terra, Convenção sobre Diversidade Biológica, Declaração de Princípios sobre as Florestas, Convenção sobre Mudanças Climáticas e Acordos para Conservação e Desenvolvimento Sustentável em Florestas (CALSING, 2005). Esses documentos reafirmaram preceitos legais estabelecidos anteriormente pela Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Federal n. 6.938 de 1981, e o artigo 225,

capítulo do Meio Ambiente da Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988).

Eles preconizam a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Em nível nacional, tanto a legislação de 1981 quanto a Constituição Brasileira de 1988 lançaram orientações para que o meio ambiente fosse assegurado, defendido, recuperado, preservado e protegido enquanto patrimônio público (artigos 5, 23,24,129, 170, 174, 186, 200, 220, e 225) (BRASIL, 1988). “A definição de meio ambiente abordada pelo texto constitucional o descreveu como bem de uso comum do povo, ao que todos têm direito, mas que também se consubstancia num dever, imposto tanto ao Poder Público, como à coletividade” (PANASOLO *et al.*, 2016, p. 137).

Todavia, a complexidade de estabelecer regras para o ordenamento das cidades, as quais enfrentam crescimento populacional acelerado, transforma as paisagens e dificulta as iniciativas de valorização do patrimônio natural e cultural. Atrás das decisões legais sobre a questão ambiental está presente uma dinâmica de gestão que inclui representações diferenciadas. Cada pessoa constrói a sua representação, e a partir desta nascem os objetivos e prioridades, os quais podem ser discutidos e reavaliados por meio de relações estabelecidas entre membros de outros agentes ou grupos. No caso do patrimônio natural, Diegues (2020) explica que há uma visão que recusa a presença de pessoas em parques para poder conservar a área.

Nos países do Terceiro Mundo, sobretudo os tropicais, existem, no entanto, populações que sempre habitaram os ecossistemas sem necessariamente ameaçar a diversidade biológica de que dependiam para sua reprodução material, social e simbólica. Essas populações se orientam por um outro tipo de mito, o antropomórfico (Morin, 1991), pelo qual a natureza está emergida na sociedade e vice-versa. Para elas, os rochedos, as montanhas e as florestas são povoadas de espíritos e deuses e o ser humano se relacionam com plantas e animais com os quais convivem simbioticamente. (DIEGUES, 2020, p. 12).

Em 1999, o Brasil foi uma das vinte e cinco nações que ratificou a proposta do *The World Conservation Union* (IUCN) de proteger no mínimo 10% do seu território. Porém, bases legais como a lei n. 6.938/81 e a Constituição Brasileira de 1988 já asseguravam a expansão de áreas de conservação. A estratégia de criação

de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 1981; 2000) fortaleceu as relações entre espaço territorial e recursos ambientais, e na definição de Unidade de Conservação encontra-se a relevância de salvaguardar o patrimônio biológico nacional.

No Brasil, o Governo Federal tem adotado tanto medidas regulatórias como econômicas para contenção da degradação ambiental. As políticas orientadas para a valoração das florestas e redução do desmatamento são exemplos dessas medidas; uma delas é a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP - Lei Nº 11.284 de 2/3/06), que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável (VIEIRA; CADER, p.1, 2007b).

As ações e os esforços em defesa da manutenção do ambiente continuam. A organização de evento pela IUCN e outros órgãos, no Rio de Janeiro em 2018, reuniu importantes representantes brasileiros e estrangeiros que se posicionaram como defensores do ambiente. A ênfase foi dada na equiparação dos direitos ambientais com os direitos humanos. Houve delação de mortes e ameaças e violências para com aqueles que querem proteger seus territórios. “Therefore, we must do more, now, to globally and nationally strengthen the recognition and protection for those who have the wisdom and courage to give a voice to Mother Earth and future generations” (IUCN, 2018).

Proteção de áreas verdes e patrimônio natural

Políticas públicas de proteção de áreas verdes em espaços urbanos podem construir o patrimônio natural local. A ideia é atribuir valores a estes espaços de modo que neles estejam representados aspectos históricos, culturais, de conservação, estéticos, e que possam projetar uma aproximação entre o ambiente construído e o natural idealizado. Interagir com os sistemas naturais no seu dinâmico processo de autoregulação, e transformá-los em patrimônio natural é um dos itens presentes nas concepções de ordenamento territorial.

O patrimônio natural é considerado uma área especialmente protegida, porém não tem o status de uma unidade de conservação. É, portanto, um instrumento de proteção ambiental *sui generis*, gestado no âmbito das políticas culturais e fora da esfera do controle ambiental (SCIFONI, 2006, p. 14).

As correntes dos movimentos modernos da arquitetura, o racionalismo e o organicismo, tentaram perceber que a cidade de concreto, asfalto e vidro na verdade não constituía um ente separado da natureza. Seria a natureza transformada, um novo ecossistema integrado, modificado, diferente do ambiente natural, mas não fora dele, não imune aos seus ciclos, dinâmicas e reações. Por outro lado, “mesmo que certa obra pertencesse à linha orgânica, poderia apresentar um significado geométrico, racional e funcionalista” (FORESTI, 2008, p. 34).

Frank Lloyd Wright, arquiteto americano do começo do século XX, preocupava-se com a preservação ambiental. “A relação com o mundo era apenas um aspecto da casa natural” (FORESTI, 2008, p. 29). Uma arquitetura orgânica, semelhante às estruturas da natureza, é uma sociedade orgânica, na qual a arte e a ciência e a religião formam uma unidade.

Os principais conceitos da arquitetura orgânica são os da unidade, que permeia todos os outros conceitos, de natureza, de plasticidade e continuidade e do uso de materiais naturais e locais. Esses conceitos podem ser observados na arquitetura orgânica, por exemplo, nas relações da parte com o todo e vice-versa na atenção a cada detalhe e da relação deste com o todo do projeto, na diluição dos limites entre interior e exterior, no uso dos materiais em seu estado natural (FORESTI, 2008, p. 173).

Além disso, o patrimônio, como o edifício para o arquiteto, constitui-se de atributos relativos à identidade que se estabelecem na estrutura social e profissional, por meio da combinação de papéis. Esta unidade pode ser representada pelas pessoas que coabitam em um mesmo lugar com um sistema de valores centrados na perspectiva histórica. Para que o patrimônio possa preservar a identidade, ele não precisa excluir o estabelecimento de relações com outras áreas, mas introduzir limites que impeçam a aceitação daquilo que possam ameaçar os valores centrais que forem adotados.

As ideias de lutar pela proteção de espaços naturais, no final do século XIX e início do XX, foram retomadas pelos movimentos ambientalistas na década de 1970 com conotações diferenciadas. As ações desfavoráveis estavam reveladas nas aceleradas taxas de extinção de ecossistemas e o clamor era pela conservação da biodiversidade.

Ao reunir ativistas e construir identidades peculiares, os grupos ambientalistas formados ao longo dos anos 1970 fizeram parte do trabalho de construção de um movimento ambientalista no Brasil. Entretanto, o processo só pôde se completar quando os grupos se coordenaram entre si e uma ação efetivamente coletiva surgiu. Isso porque um movimento social não é um mero conjunto de ativistas, mas ‘redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas’ (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 158).

Existe o Europarc, uma organização europeia que reúne 36 países para proteger áreas e a biodiversidade. A presidente Erika Stanciu, em entrevista de 2010, explicava que ainda não se compreendia a importância da conservação da natureza para a promoção do desenvolvimento sustentável. As normas são mecanismos de base desta discussão. Mas, é importante não tratar o tema como um negócio lucrativo, com retornos imediatos. “Therefore, protected areas and nature conservation related activities should not be the last item of budgets - they should be at the top where good business investment for the future should always be” (IUCN, 2010).

É fato de que o modelo de turismo massivo moldado pela sociedade atual tem privilegiado o fator econômico nos seus moldes de exploração, mas nas suas especificidades o mesmo tem crescido na valorização do patrimônio cultural, ambiental e social, pois são estas especificidades que determinam a qualidade da oferta turística (BONFIM; BAHL, 2012, p. 72-73).

Certamente, as questões patrimoniais estão relacionadas à ordenação dos territórios urbanos e dos profissionais que desenvolvem suas atividades. Scifoni (2006) comenta que a noção de patrimônio natural começou a ser discutida com o documento apresentado por Aziz Ab’Saber, o qual propunha uma política com critérios objetivos de proteção natural, porém considerando as diferentes situações e os aspectos territoriais, a topografia, e a densidade de ocupação e uso do solo. A autora considera que os contextos atribuem novos significados aos bens. “Por exemplo, áreas verdes caracterizadas por uma vegetação implantada adquirem um significado especial em situação de raridade numa mancha urbana intensamente ocupada” (SCIFONI, 2006, p. 109).

Os investimentos privados, as comunidades locais, o rápido processo de desenvolvimento, as altas taxas de imigração, a extração e os usos extensivos e a crescente demanda por terras agricultáveis ameaçam as áreas protegidas e

favorecem a degradação ambiental. Em termos globais, atualmente, “boa parte da urbanização mais efetiva vem acontecendo nos países em desenvolvimento” (SCHAIK; RAO, 2002, p. 462). Outra característica deste fenômeno é a tendência das populações se fixarem em um ou em poucos centros urbanos principais.

Parques ambientais urbanos

Os parques ambientais urbanos podem ser objeto de investigação e reúnem tanto a monumentalidade das espécies quanto as bases sociais e políticas para a conservação. Os conservacionistas vêm insistindo na proteção do patrimônio natural por meio de parques nacionais e internacionais devido principalmente à redução de florestas pelo processo acelerado de urbanização e o uso intensivo da terra em atividades econômicas. A visão biocêntrica e cientificista do movimento compreende que “o meio ambiente seria a natureza selvagem, a ser preservada da ação deletéria dos grupos sociais por meio de parques nacionais e reservas ambientais” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 157).

Todavia, segundo Sirkis (2003) a simples valorização de espaços verdes não encobre a natureza transformada pelo concreto, asfalto e vidro. Os estilos de vida urbano industrial interferem nas escolhas “No ambiente construído, a natureza não chega a desaparecer; permanece à vista” (p. 216) no ar, nas águas, nos insetos, na terra, na areia e nas pedras.

A noção de patrimônio natural aproxima dois conceitos que podem não estar associados. Quanto ao de patrimônio, nele existem as ideias de tempo – presente, passado e futuro – as noções de espaço, identidade, artefato, conservação e preservação, e rememoração do patrimônio. Culturalmente, ele reconta histórias que passam a ser contextualizadas em cenários da modernidade. Por outro lado, a palavra natural, tratada pelas ciências naturais, remete à natureza, seus fenômenos e objetos de investigação.

As normas representam importante papel para a conservação e preservação do patrimônio natural das cidades. Desde o ano de 1300, na Mongólia, a montanha de Bogd Khan era considerada sagrada, e muito adeptos do budismo faziam peregrinações no local. Em 1783, o local tornou-se um espaço protegido legalmente pelo governo, ainda que houvessem turbulências políticas, acalmadas com a decisão da Unesco de 1996, que a declarou como uma reserva da biosfera. “The

Qing Dynasty government declared Bogd Khan a protected site in 1783. Since then, Bogd Khan's coniferous forests, endangered musk deer, and other wildlife have survived political turmoil that lasted until the 1990s" (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2020). Nos Estados Unidos, houve uma norma que criou o primeiro parque natural em 1872, no estado de Wyoming, chamado *Yellowstone Park*. A luta deste país pela conservação e preservação de parques não foi diferente dos demais países. Muitas leis atenderam os interesses de grandes empresários e industriais para interferir nos limites e funções dos parques.

Davenport e Rao (2002) citam o exemplo de um ator que, para conseguir o apoio popular contra a depredação dos parques, pediu que eles se tornassem espaços de turismo. Foram criadas as funções de guardas e administradores de parques. "O desenvolvimento turístico vem sendo o foco primário do manejo de parques há pelo menos meio século, desde o primeiro diretor de parques, Steven Mather" (DAVENPORT; RAO, 2002, p. 58).

"Os ideais democráticos e as realidades políticas apontam para a necessidade de permitir usos indiretos dos parques em muitas situações" (DAVENPORT; RAO, 2002, p. 69). Outros valores foram sendo adicionados aos parques - recreativo, cultural, biológico, artístico, econômico – e cada cidade criou concepções vocacionais – etnias, culturas, interesses.

No Brasil, as normas em favor de unidades de conservação e preservação começaram a ser redigidas nos anos 1930. Realizou-se no Rio de Janeiro, entre 8 e 15 de abril de 1934, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Quem estava sendo ameaçado na época era o patrimônio florestal, o qual tinha acabado de ser regulamentado por um código. Porém, não bastava "a elaboração de leis, era essencial que elas fossem cumpridas e severamente punidos aqueles que as desrespeitassem" (FRANCO, 2002, p. 80).

Somente em 1937, foi criado o primeiro Parque Nacional: o Parque Nacional do Itatiaia. "O Itatiaia foi o primeiro parque nacional criado no Brasil. Situado na Serra da Mantiqueira, abrange os municípios de Itatiaia e Resende, no Estado do Rio de Janeiro, e Bocaina de Minas e Itamonte, no Estado de Minas Gerais, onde ficam aproximadamente 60% de seu território" (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2018).

Os Parques Nacionais, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica,

possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei 9.985/2000). Considerando estes objetivos e as diretrizes estabelecidas institucionalmente pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo ICMBio, atuamos no sentido de conciliar a proteção do Parque Nacional do Itatiaia com projetos e atividades (PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA, 2020).

O parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, está inserido em uma realidade complexa. Desde 1937, quando foi criado, e enquanto o primeiro Parque Nacional do Brasil, ali já moravam nativos, aos quais se juntaram novos moradores, aos pesquisadores, e espécies vegetais e animais que não tinham convivência com o ser humano. Na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado, encontra-se o Parque Nacional da Tijuca de 1961, ali convivem pessoas, animais, tubos, antenas, trilhos, restaurantes, lojas, bares, praças, hotéis, bancos e plataforma de voo livre. É considerado o mais visitado do país.

Após a Segunda Guerra Mundial, e com a criação da energia nuclear, novos problemas de poluição foram sendo detectados. Rachel Carson, em 1962 lançou o livro “A Primavera Silenciosa” para alertar os leitores sobre o uso de pesticidas agrícolas e a necessidade de preservar os ecossistemas. Dez anos depois, a Unesco se reuniu em Estocolmo, Suécia, com representantes internacionais, em forma de convenção, e determinou que o patrimônio natural se constituía de formações físicas e biológicas com valor universal estético e científico que se encontravam ameaçadas (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano). Neste mesmo ano, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que tem como prioridade estudos e pesquisas sobre os aspectos ambientais que alteram as formas de vida no Planeta.

Um dos aspectos do discurso que fundamenta a existência de parques a partir da década de 1980 é a conservação da biodiversidade, porque a ocupação de terras para uso humano e as taxas de crescimento da população podem extinguir comunidades biológicas. É importante colocar o desenvolvimento sustentável como orientador das ações de conservação e preservação. O relatório Bruntland de 1987, declara que todos os habitantes da Terra têm um futuro comum, e o desenvolvimento sustentável pode atender as necessidades humanas presentes sem comprometer as das futuras gerações. Trata-se de um processo de mudança “no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e

reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020).

Uma nova área de estudo no meio acadêmico, que se ocupa da complexidade dos problemas ambientais, é a área de avaliação da Capes (2013), no contexto da pós-graduação, intitulada da Ciências Ambientais, criada no dia do meio ambiente, 5 de junho de 2011. A interação entre ser humano e natureza requer estudos convergentes com as dimensões políticas sociais econômicas e tecnológicas. Lima e Oliveira (2011), em pesquisa realizada em duas escolas públicas, estudaram a construção de conceitos por professores e verificaram mudanças na concepção de meio ambiente, o qual perdeu a ideia única de biosfera e assumiu a multidimensionalidade do ambiente.

Diversos pesquisadores investigaram a concepção de atores sociais partindo do contexto sócio-histórico da relação humana com o ambiente. Nas pesquisas realizadas por Oliveira (2006), e de Fernandes, Cunha e Marçal Júnior (2003), foram identificadas quatro categorias que demonstram a concepção de meio ambiente, a saber: biológica, biológica-física, antropocêntrica e não elucidativa. No trabalho desenvolvido por Fernandes Neto (2004, p. 85), em que cita Tabanez (2000 apud FERNANDES NETO, 2004), foram identificadas quatro categorias: naturalista, globalizante, antropocêntrica e genérica. Sauvê identifica, por meio do discurso e da prática em EA, dez categorias para os diferentes tipos de concepção paradigmática sobre ambiente (LIMA; OLIVEIRA, 2011, p. 324).

Dulley (2004), em reflexões sobre diferenças entre os conceitos de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos naturais e recursos ambientais, explica que os órgãos públicos foram reformulando estes termos, e não há uma homogeneidade na compreensão do uso que cada esfera faz.

Os termos utilizados para cada uma das categorias: ambiente, meio ambiente, recurso naturais, recursos ambientais, ativos ambientais e outros termos existentes relacionados com aspectos da natureza, pelo visto estão evoluindo, mas mostram que não está havendo um necessário entendimento geral. Pode-se verificar que, no Brasil, os órgãos ligados institucionalmente ao meio ambiente preferem a denominação recursos ambientais, ao passo que os mais ligados à produção agrícola preferem recursos naturais e quando se conversam não há sequer uma homogeneidade, ficando cada um com o seu termo e visão preferidos (DULLEY, 2004, p. 25).

Ordenando o território: as áreas verdes em Curitiba-PR

A cidade de Curitiba, era composta de matas de araucária em 1693, árvores nativas conhecidas como Pinheiro do Paraná, quando foi desmembrada do estado de São Paulo. O estado, emancipado, começou a receber a presença de muitas plantas exóticas que foram sendo introduzidas na arborização da cidade. Desde 1886, destacam-se ações de ordenamento da cidade registradas em decretos e leis, em especial, a criação do Passeio Público, o primeiro parque municipal. Inicialmente, ele teve funções higienistas, no sentido de drenar as águas fluviais do rio Belém que provocavam enchentes, e ao mesmo tempo estéticas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2020a).

Nesse espaço aconteceram marcas da urbanidade como a iluminação artificial (lâmpadas a gás e iluminação elétrica) e apresentações artísticas e folclóricas. A cultura de proteção de áreas verdes na cidade, enquanto espaços de lazer e memória foi se articulando com o processo de formação do patrimônio natural (espécies animais e vegetais, sítios, paisagens de beleza excepcional ou de interesse para ciência).

Situada no sul do Brasil, ela recebeu em 1938, a visita do arquiteto francês Donat-Alfred Agache, que trabalhava para a firma de engenharia Coimbra Bueno, para avaliar a possibilidade de projetar o crescimento da cidade. “Quanto aos parques a cidade sente falta quase absoluta” (BOLETIM DA PMC, 1943, p. 69). Assim, era necessário criar áreas verdes, e o planejamento poderia ajudar a reservar espaços no tecido urbano da cidade. O Plano de Urbanização de Curitiba de 1943, situava quatro parques nos limites da região central e um cemitério parque.

Os parques situados em meios urbanos adquirem valor de excepcionalidade e de memória de uma realidade social e biológica não mais existente na área, sobretudo espécies nativas de árvores. Eles têm se diferenciado na classificação devido às formas de ocupação dos espaços, às necessidades de uso e apropriação do solo, à diversidade de funções (educação ambiental, pesquisa, conservação, atividades de lazer) e dimensões físicas: bosques, parques, áreas de proteção ambiental, museus, jardins, praças, entre outros.

Oseki e Pellegrino (2004), explicam que na construção social da natureza prevalece a dualidade entre o ideário técnico-científico, que circula nas concepções desenvolvimentistas, e pode ser representado pelo domínio crescente do ser

humano na forma de extração de matérias-primas; e o da corrente de pensadores conservacionistas, fundamentada nos limites da natureza. Essas forças opostas incidem sobre as intervenções dos espaços, frutos de escolhas em conservar ou não áreas verdes, “interesse que se exacerba quando se trata de um país como o Brasil, que por um lado, é detentor de um patrimônio ambiental colossal em termos mundiais” (2004, p. 2).

Nos anos de 1970, com a concretagem do lago e a canalização do Rio Belém na Rua Ivo Leão, o lago passou a ser alimentado por água de poços artesianos. Atualmente, o Passeio funciona como sede do Departamento de Proteção e Conservação da Fauna e abriga os pequenos animais que permaneceram quando o Zoológico foi transferido para o Parque Iguaçu em 1982. É o parque mais central da cidade, com implantação e equipamentos em torno do verde de diversas espécies nativas e exóticas. Carvalhos e ciprestes centenários se harmonizam às paineiras e jacarandás mimosos, abrigando sob sua copa a vivência de sabiás, tico-ticos e canários-da-terra. Também há coleirinhas, chupins, pica-paus, sanhaços, pombos e majestosas garças brancas em desfile pelo lago. Ilhas e pontes interrompem as aleias, capturando o olhar e os passos do caminhante (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2020).

As áreas verdes passaram, a partir de então, a ser vistas como espaços de lazer e recreação, além de indicadores de qualidade de vida urbana. Desses primeiros parques, a maioria era formada por terras que até então eram de particulares, com exceção do Passeio Público e do Parque da Barreirinha, segundo aponta o pesquisador Emílio Boschilia no livro *Bosque da Família Gallotti*. Quatro anos depois, Curitiba assistiu ao nascimento do maior parque da cidade: o Parque Regional do Iguaçu, que desde 1982 sedia o Zoológico Municipal. A criação desse parque visou preservar os fundos de vale do Rio Iguaçu e também conter o crescimento urbano desordenado. Foram desapropriados cerca de 800 lotes para evitar invasões (ANTONELLI, 2020).

Assim, o caráter da complexidade ambiental está retratado na paisagem alterada pelas formas do viver urbano e pela tomada de iniciativas de valorização do patrimônio natural e cultural. Modificar paisagens utilizadas para complementar infraestruturas urbanas, e disponibilizar espaços de convivência em áreas naturais são evidências do domínio humano sobre o ambiente. Frise-se que progresso material das sociedades sacrificam a natureza, e glorificam a luta da humanidade com a natureza.

O antropólogo William Ballé diz que, considerando as atividades humanas, os ambientes naturais da Terra estão modificados, ainda que as intervenções sejam datadas desde as práticas de agricultura. Dependendo das políticas, cultura, e fatos socioeconômicos, cada grupo social interfere de modo diferenciado na paisagem. Na história da ecologia, a paisagem é um lugar de interação, com uma dimensão temporal histórica e cultural, na qual os seres humanos fazem adaptações e definem as relações.

No contexto da paisagem, os geógrafos, ao definir a paisagem, partem da ideia de não separação entre seres humanos e ambiente. “Geographers early derived the idea of an inseparability of humans and the environment in the context of a landscape (*landschaft*) partly from German landscape gardeners and architects of the nineteenth century”, e escolas europeias, Escola de Annales, americanas e australianas (BALLÉ, 2006, p. 77). As experiências humanas com os lugares podem ser materializadas em paisagens subjetivas objetivadas.

Tal assertiva, segundo Bender (2002), não nega a existência de um mundo exterior para além do conhecimento humano, mas apenas lembra que todo conhecimento se dá por meio de nossas experiências de estar no mundo e que essas levam à classificação e à interpretação deste mundo (GARCIA, 2017, p. 29).

No Paraná, destaca-se o pinheiro, *Araucaria angustifolia* (*Araucariaceae*), árvore milenar que faz parte do cenário de parques curitibanos. A Câmara Legislativa incentiva os proprietários de imóveis com araucárias a não fazer o corte desta árvore, que por mais de cem anos abasteceu as madeireiras do sul do país. Conforme Soares e Mota (2004), “a ação humana levou à fragmentação e redução brusca da área ocupada pelas matas de araucária” (p. 3). Segundo cálculos de 1980 a área “foi estimada em apenas 5.654 km², o que representa somente 3,1% de sua área natural no início deste século”, que seria o século XXI (SOARES; MOTA, 2004, p. 3).

Art. 1º Aos imóveis que possuem Araucárias (*Araucaria angustifolia*) objetivando a sua proteção e preservação, poderá ser concedido, pelo Conselho Municipal de Urbanismo - CMU, ouvida a Comissão Deliberativa criada pelo Decreto Municipal nº 986, de 19 de maio de 2017, e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, incentivo construtivo ou condições especiais de ocupação (PARANÁ, 2018).

A reciclagem de espaços urbanos com a presença da Araucária está marcada pelas dimensões temporal, histórica e cultural. Paisagens antigas se tornariam contemporâneas. Era preciso proteger os fundos de vale, ocupá-los, transformá-los em áreas verdes e provê-los com equipamentos para o lazer, preservação e respeito às dinâmicas dos ciclos naturais. No Plano Diretor de Curitiba “Plano Preliminar de Urbanismo de 1966”, as questões ambientais se somaram as melhorias no transporte coletivo, iniciativas de proteção de áreas verdes e programas de coleta de lixo. Foi um pré-plano para a atuação do prefeito Jaime Lerner na década de 1970.

Os planos diretores podem ser “ecologizados”, contendo diretrizes relevantes para a proteção ambiental. A produção de regulamentação ambiental pelos municípios não depende de recursos vultuosos, mas apenas de vontade política e competência técnica e jurídica. A ecologização das leis urbanísticas, como a Lei de Uso e Ocupação do Solo, é importante e foi aplicada pioneiramente no Brasil por Curitiba, que já tem décadas de tradição de planejamento urbano, e que reflete na qualidade ambiental da cidade (RIBEIRO, 1992, p. 66). De 1966 a 2006, muitas intervenções foram realizadas na estrutura da cidade.

Em seu terceiro mandato como prefeito, eleito por voto direto, Jaime Lerner equipou a cidade com projetos emblemáticos. O enfraquecimento da ação do Estado e o surgimento de uma economia de mercado, fizeram com que diminuísse consideravelmente a possibilidade de grandes intervenções nas cidades. Contrastando com as administrações anteriores de caráter técnico, foram implantados diversos parques temáticos, de grande interesse popular, como o Jardim Botânico e o Teatro Ópera de Arame, característicos de uma visão pós-moderna, segundo Jencks, em relação aos Centros Funcionais de Alfred Agache. Nas gestões dos prefeitos Rafael Greca de Macedo e Cassio Taniguchi, deu-se continuidade às intervenções de Curitiba (GNOATO, p. 4, 2006).

É relevante justificar que a importância nacional do processo de gestão ambiental em Curitiba provém de iniciativas e diálogos públicos em consonância com a ocorrência das discussões mundiais, simultaneamente àquelas promovidas a partir da Conferência de Estocolmo em 1972 e a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sediada em Pinhais, na Região Metropolitana, em 2006. Projetos e propostas centraram-se na fragilidade ambiental, nos transgênicos, e a biodiversidade na natureza.

A aproximação com as ideias vindas do exterior promoveu a concepção e revitalização de espaços com vegetação natural que recuperassem a vocação, a

história e propiciassem práticas de lazer e cultura em paisagens idealizadas. Não bastava, portanto, remodelar a cidade e implantar um plano viário adequado ao número de habitantes e de veículos em circulação, nem criar um polo econômico, como viria a ser a cidade industrial. Era preciso que o cidadão se apropriasse dos espaços urbanos, valorizando-os a partir do conhecimento de sua própria história e da história de seu bairro, reorganizando, paulatinamente, a memória da cidade.

Citam-se iniciativas públicas como a da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, a qual propaga técnicas de menores impactos em regiões consideradas corredores de biodiversidade com remanescentes florestais. A Prefeitura Municipal de Curitiba atua paralelamente com o Programa Biocidade desde 2007, com iniciativas sustentáveis para os rios e preservação de áreas naturais no meio urbano.

O objetivo do Programa, compostos de projetos para 2020, é restaurar e conservar a biodiversidade local, combater as mudanças climáticas e a sustentabilidade ambiental, social e econômica da cidade. Outro projeto relevante é o da Sociedade Sustentável, apoiado pela Educação Ambiental, que trata problemática com base na conscientização da importância do respeito ao meio ambiente.

Quanto aos resultados, todas as metas propostas pelo Programa Biocidade foram atingidas através de diversas ações de Educação Ambiental que sensibilizaram a população conscientizando-a da importância da conservação da natureza e do seu essencial envolvimento nesse processo, buscando um efeito significativo na preservação do meio ambiente (FUGII, 2014, p. 25).

A diversidade silvestre tem sido estudada por profissionais vinculados ao Museu de História Natural do Capão da Imbuia. As escolas municipais estão trabalhando a educação ambiental por meio de atividades de leitura, representações teatrais, oficinas, trilhas em parques e bosques. A ideia que conduz este programa é que a sustentabilidade ambiental no Planeta depende das ações sustentáveis realizadas nas cidades. Para isto, é preciso renovar os conceitos de gestão ambiental, questões urbanas e buscar soluções inovadoras.

Algumas escolas têm bosques próximos, adotados para funcionar como laboratórios ao ar livre, onde as crianças interagem com a natureza e levam para suas casas as noções básicas de responsabilidade ambiental” (Biocidade, 2018). São realizadas expedições a campo para coleta de espécies de plantas ameaçadas de

extinção. Nos parques, a substituição de espécies exóticas por nativas tem modificado as paisagens e tem surpreendido os visitantes por causa dos cortes de árvores e retiradas de plantas (BIOCIDADE, 2018).

Reciclagem de espaços em Curitiba: parques, bosques e áreas verdes

Os vários tipos de posse da terra definem como as sociedades convivem com a natureza. Espaços democráticos nasceram com os gregos e suas praças públicas para reuniões, relaxamento e diversão. Pode-se dizer que proporcionalmente equivalem aos parques urbanos, compreendido como uma área cercada de solo, com animais e plantas e protegida pela realeza (DAVENPORT; RAO, 2002). Constituído um patrimônio natural, os espaços verdes no meio urbano têm proporcionado à população curitibana “privilégios” de viver com qualidade. Mas, ele também guarda e defende a diversidade biológica e cultural.

A publicidade constitui um poder simbólico de estruturação cognitiva que legitima uma ordem social, e os sentidos produzidos variam de acordo com a recepção dos grupos (PADILHA, 2001). Pode-se aventar que em Curitiba esta estratégia é usada para vender imagens estereotipadas da natureza. As forças simbólicas, somadas aos materiais, são instrumentos lançados na realidade social para destacar características específicas associadas à posição privilegiada da natureza na cidade “planejada”. Ainda que longe da realidade da natureza, estes padrões de configuração de paisagens urbanas dificilmente podem existir se não houver planos maestros para construí-las. “Fruto de uma construção social, resultante de processos de apropriação e domínio do espaço”, normas técnicas, políticas e jurídicas se inserem “num campo de poder” (STRÜMER; COSTA, 2017, p. 56).

Temas históricos são incorporados à criação de bosques e parques integrando, no tempo presente, manifestações artísticas que remetem ao passado. Duas épocas contam parte da história do século XX de determinados espaços verdes de Curitiba-PR. A primeira é a presença de fábricas, olarias, pedreiras que invadem áreas naturais distantes do centro urbano, e a segunda é a reciclagem destes espaços para conservação, lazer e cultura. As diferentes conformações dos parques e bosques também estão marcadas pelas condições biofísicas, que determinam as espécies encontradas no ecossistema originário. Nestes espaços, os

fragmentos florestais com araucárias, compostos de espécies associadas, ricas em biodiversidade, são imagens que compõem o território municipal.

Grise et al. (2016) destacam a atualidade do tema das coberturas vegetais urbanas. Chamada como floresta urbana, este termo foi criado no Canadá nos anos 1970 como um ramo especializado da silvicultura. “No Brasil, a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) é a principal organização que trata dos assuntos relativos à arborização urbana das cidades” (2016, p. 427).

Ações para recuperar antigos imóveis industriais e (re)incorporá-los ao território com usos diferenciados, a partir dos anos 1970, como por exemplo, o “bosque Zaninelli, e os parques São Lourenço, das Pedreiras, e Iberê de Mattos” são formas de expandir as áreas constituintes do patrimônio natural de Curitiba. O parque General Iberê de Matos, é considerado uma das áreas de referência do Bairro do Bacacheri, no lado norte da cidade, que abrigou uma colônia de imigrantes franceses, e pode ser colocado dentre os parques municipais mais antigos.

Outros exemplos vivos complementam estas iniciativas, como o Parque Barigui, área pensada para saneamento, conservação e lazer, e o parque da Barreirinha, abrigando o horto municipal, produtor de mudas de árvores silvestres, frutíferas, para arborização pública, arbustos e plantas ornamentais. “Esta imagem foi assimilada não só pela sociedade brasileira e internacional, mas também pela própria comunidade curitibana, configurando um processo cultural contínuo de constituição da identidade de Curitiba” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL, 2014, p. 71).

Antigas pedreiras, fábrica de cola, curtume e áreas industriais transformaram-se em espaços que abrigam a Universidade Livre do Meio Ambiente. “Nossa qualidade de vida está diretamente ligada a nossa relação com o ambiente em que vivemos. A Universidade Livre do Meio Ambiente foi criada para examinar essa relação”, de modo a conciliar as questões ambientais e de sustentabilidade com as questões de desenvolvimento social e econômico (UNILIVRE, 2020).

O Centro de Criatividade, de 1973, abriga “o Teatro Cleon Jacques, espaço alternativo para as artes cênicas, o Ateliê de Escultura e a Casa da Leitura Augusto Stresser, unidade dedicada à literatura”, e salas de exposições temporárias. “Possui aproximadamente 2.400 metros quadrados de área construída e forma o principal equipamento do Parque São Lourenço, numa área total de 230 mil m² (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2020).

Já o São Lourenço nasceu de uma área que até então pertencia a uma fábrica de cola e de adubo. Em 1970, uma enchente no Rio Belém fez romper a Represa de São Lourenço causando danos à indústria, que fechou as portas. O parque foi inaugurado dois anos depois e a antiga fábrica virou um Centro de Criatividade, com a realização de oficinas de artes plásticas e exposições (ANTONELLI, 2020).

O Teatro Ópera de Arame e o Parque das Pedreiras são administrados pela Prefeitura Municipal de Curitiba, e possuem anfiteatros para shows, peças, além de áreas com equipamentos para atividades recreativas. “O complexo é uma Unidade de Conservação Ambiental que abriga dois dos principais locais geradores de cultura e palcos de memoráveis concertos e espetáculos em Curitiba: o teatro Ópera de Arame e a Pedreira Paulo Leminski” (PARQUE DAS PEDREIRAS, 2020).

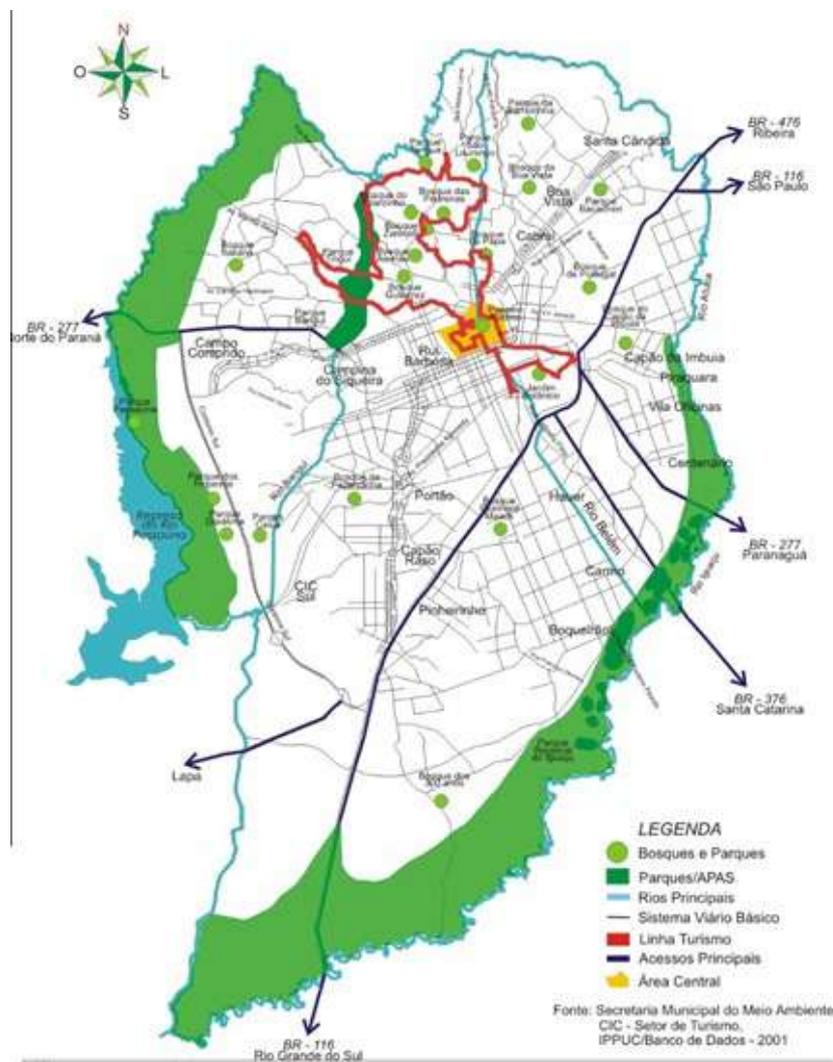
Os equipamentos de lazer, presentes em quase todas as atrações naturais, variam desde parques infantis, academias de ginástica, canchas esportivas, pistas de *cooper*, cicloviárias, trilhas, pistas de patinação, churrasqueiras, pontes e mirantes, à exemplo (sic): Parque Barigüi, Parque Tingüi, Parque Gen. Iberê de Matos (Bacacheri), Parque São Lourenço, Parque Lago Azul, Bosque Alemão, entre outros (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL, 2014, p. 93).

Patrimônio natural e turismo em Curitiba-PR

Em 1994 passou a circular pela cidade curitibana a Linha Turismo. Inicialmente, era um ônibus tipo jardineira, e depois foi diretamente para o ônibus tipo *double-decker*, com 55 lugares e cobertura na parte superior aberta ou com teto. O trajeto de 45 km, aproximadamente, foi idealizado para que o veículo, a partir do marco zero da cidade, circule pelos pontos turísticos a cada 30 minutos das 9h às 17h30min. São dez empresas que exploram a linha durante a semana, exceto às segundas-feiras (URBS, 2016). Possui um serviço de alto-falantes que informa aos passageiros por onde eles estão passando, seja um parque, uma praça ou uma atração. O usuário pode escolher onde quer descer, tendo direito a quatro embarques, ou utilizar o veículo com o cartão transporte da URBS, para fazer um trajeto. Pontos turísticos visitados com a colaboração da Linha Turismo se compõem de lugares históricos, culturais e lugares de vegetação nativa. São eles (CURITIBA, 2020b):

- 1 Praça Tiradentes (Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Luz dos Pinhais).
- 2 Rua das Flores (calçadão de pedestres);
- 3 Rua 24 Horas (construída com base em modelos europeus);
- 4 Museu Ferroviário (prédio da antiga estação principal do trem para o litoral do Estado do Paraná);
- 5 Teatro Paiol (Antigo depósito de pólvora transformado em um teatro de arena);
- 6 Jardim Botânico (com jardins, reserva florestal, estufa de espécies botânicas, espaço de Educação Ambiental e de produção de mudas, com 278.000m²);
- 7 Rodoferroviária (terminal de transporte estadual e interestadual e estação de trem em um mesmo espaço);
- 8 Mercado Municipal (construído em 1956 e remodelado algumas vezes, possui um comércio variado de alimentos, restaurantes e produtos orgânicos);
- 9 Teatro Guaíra (um dos maiores da América Latina);
- 10 Prédio histórico da Universidade Federal do Paraná situada no centro da cidade (a primeira do Brasil inaugurada em 1912, com os cursos de engenharia, medicina e advocacia na rua Comendador Araújo);
- 11 Prédio tombado da antiga sede da Prefeitura Municipal de Curitiba Paço da Liberdade, hoje sob a responsabilidade do Serviço Social do Comércio (SESC) que oferta serviços como um café, atividades culturais e cursos;
- 12 Memorial Árabe (construção moderna, abriga uma biblioteca);
- 13 Passeio Público (69.285 m²), primeira área verde pública da cidade para contenção de águas e abrigo de animais;
- 14 Centro Cívico, com o Palácio do Governo construído em 1953, e outras construções dos poderes do Estado, Judiciário e Prefeitura Municipal de Curitiba;
- 15 Museu Oscar Niemeyer, espaço expositivo idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em 1976;
- 16 Bosque do Papa, inaugurado após a visita do papa João Paulo II em 1980, de origem polonesa, e por isso possui um memorial da imigração polonesa e sete casas removidas de bairros feitas com troncos encaixados;
- 17 Memorial Polonês e Bosque Alemão, mais dois espaços de homenagem aos imigrantes, expondo suas culturas e contribuições para construção da cidade;
- 18 Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE), instituição de ensino superior para realizar pesquisas sobre a preservação ambiental, inaugurada em 1992 com a presença do oceanógrafo francês Jacques Cousteau com 35.576 m²;
- 19 Parque São Lourenço, criado com função sanitária e de preservação; possui o Centro de Criatividade abrigado em uma antiga fábrica de cola;
- 20 Ópera de Arame (103.500m²);
- 21 Pedreira Paulo Leminski, com uma área para receber acontecimentos artísticos e culturais; foi espaço de atividades da Copa Mundial de 2014;
- 22 Parque Tanguá (235.000m²);
- 23 Parque Tingui (380.000m²);
- 24 Memorial Ucraniano que homenageia à etnia com a réplica da Igreja de São Miguel, situada na Serra do Tigre, na cidade de Mallet no estado do Paraná;

- 25 Portal Italiano, um monumento que sinaliza a entrada do bairro de Santa Felicidade, onde existe uma população de descendentes de imigrantes italianos;
- 26 Santa Felicidade, com um corredor de restaurantes, lojas e construções típicas;
- 27 Parque Barigui, dentre os mais frequentados da cidade, implantado em 1972, com 1.400.000 m², com passeios para caminhadas, diversões e ginástica, restaurantes, exposições e o Museu do Automóvel;
- 28 Torre de telefonia Panorâmica, com 109 metros, com mirante;
- 29 Setor Histórico, no centro da cidade com o memorial de Curitiba, relíquias de arquitetura, igrejas e feira de artesanato (CURITIBA. INSTITUTO MUNICIPAL CURITIBA TURISMO, 2020a) (ver figura 1).



Fonte: <http://guiaturismocuritiba.com/2010/09/onibus-linha-turismo.html>.

FIGURA 1

Trajeto da Linha Turismo (em vermelho) no Município de Curitiba

A cidade possui um tradicional ponto turístico que é o Parque Barigui, por onde passa um trecho do rio Barigui, que corta o município no lado oeste, de norte

a sul. Criado na gestão do Prefeito Jaime Lerner, pelo arquiteto Lubomir Antonio Ficinsky, que projetou o parque em 1972. Com uma área de 1,4 milhão m², ele é considerado pelos curitibanos um espaço de consumo. Possui museu, exposições, restaurantes, parque de exposições, pista de bicicross e 200 espécies de aves.

O arquiteto responsável pelo projeto foi *Lubomir Ficinski* tendo como objetivo inicial oferecer ao público um especial centro de lazer, contendo um grande parque de diversões, uma ferrovia, além de uma ampla utilização do lago com regatas a remo e a vela. Na prática este projeto tornou-se inviável, principalmente pelos gastos dispendiosos que eles seriam exigidos. Por causa disso, o Barigui passou a ser um “Parque de Consumo” onde a população poderia dele usufruir da forma que melhor lhes satisfizesse (AMIGOS DO PARQUE BARIGUI, 2009).

Ele está localizado em quatro bairros: Champagnat, Mercês, Santo Inácio e Cascatinha, e é cortado pela av. Cândido Hartmann. Pela sua localidade, o parque exerce suas funções sociais, estéticas, ecológicas do ambiente. Ali também funciona a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que zela pelo conjunto de áreas verdes da cidade. “Iniciativa conhecida e que garante parte da conservação dessas áreas verdes urbanas é a aquisição pelo Poder Público para transforma-las em parques e praças, com a intenção de implantar áreas de lazer, recreação e contato com a natureza” (PANASOLO, 2016, p. 41). Além disso,

Muitas vezes os proprietários e titulares de relevantes áreas, ainda preservadas com vegetação nativa, desconhecem os benefícios e estímulos existentes na legislação urbanística e ambiental, o que aponta para a necessidade de difundir esses aspectos para congregar interesses comuns na manutenção de tais áreas que tantos serviços ambientais indispensáveis restam à vida nas cidades (PANASOLO, 2016, p. 41).

A acessibilidade aos parques, juntamente com um sistema de informações e infraestrutura, permite aos visitantes fazer escolhas, vivenciar experiências, e chegar com rapidez e conforto. Para o turista conhecer a cidade de Curitiba e se apropriar da infraestrutura viária modal criada a partir dos anos 1970, ele pode escolher a linha Turismo, com acesso às informações nas páginas da web. A principal delas é o da URBS, que possui dados quanto ao horário de funcionamento, pontos de parada, preços, itinerários com horários dos atrativos de caráter cultural, histórico, social ou econômico (FERNANDE *et al*, 2013, p. 60).

Fernande *et al.* (2013), ao tratar do turismo em Curitiba, caso a pessoa utilize o transporte coletivo regular para fazer visitas, verificaram que o sistema de informações disponíveis nos sites e nas paradas dos coletivos não permite conhecer pontos atrativos em curto espaço de tempo. O objetivo principal da Rede Integrada de Transportes (RIT) é atender os moradores nas suas necessidades de deslocamentos para trabalho, saúde, lazer e serviços.

As linhas servem os bairros com diferentes serviços (expressos, ligeirão, ligeirinhos com linha direta, interbairros, alimentadores, convencionais troncais, universidades, inter-hospitais, circular-centro, intercidades, madrugueiros, aeroporto e turismo). Os veículos rodam em canaletas exclusivas, faixas preferenciais dependendo do modelo e da cor: articulado, bi-articulado, comum, padrão, hibribus, micro, *double-decker*. O passageiro pode mudar de ônibus nos terminais, pontos de parada e fazer integrações com a Região Metropolitana. Os serviços são oferecidos por empresas privadas e gerenciados pelo município pela Urbanização de Curitiba S. A. (URBS) (URBS, 2016).

Os usuários, residentes e visitantes, do transporte coletivo estão relativamente satisfeitos com a boa qualidade de serviços da linha Turismo. A Secretaria Estadual de Turismo do Paraná atribui o constante aumento de visitantes aos parques às intervenções feitas no patrimônio natural por arquitetos e urbanistas bem como à qualidade de vida dos moradores. Foi criado, em 2005, o Instituto Municipal de Turismo para gerir a política turística e acompanhar as transformações promovidas pelo desenvolvimento socioeconômico sustentável. Sendo considerado o turismo uma oferta de serviços, ele ajusta-se ao objetivo das novas funções das cidades globais. Nomeado de Curitiba Turismo, o Instituto possui uma equipe de funcionários que atua diretamente na organização e no levantamento de dados da atividade. Houve uma “conjugação entre a preservação do patrimônio e o turismo, contendo em seu bojo a proposta de criação de um Instituto Municipal de Turismo, a previsão de pontos de ônibus turístico e diretrizes de uso compatível com a atividade turística” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL, 2014, p. 74).

Existem pesquisas significativas sobre o tema. Em relatório disponível no site institucional, em 2012, confirma-se a presença da educação como característica relevante dos usuários da Linha Turismo. Corroborando com estatísticas do século XIX, apresentada por Keith Thomas (1988), e com os movimentos nacionais ambientalistas, as pessoas com formação foram as que mais se manifestam em

defesa da natureza. Segundo uma pesquisa do Instituto, tanto em 2012, 2013 e 2014 “verifica-se ainda um alto nível de escolaridade tanto dos moradores, como dos viajantes, chegando a um índice de nível superior ou mais de mais de 50% para os turistas” (UEMURA; OLIVEIRA, 2012, 2013, 2014, p. 1). Do mesmo modo, pode-se lembrar dos ativistas ambientalistas dos anos 1970 e 1980.

Boa parte das mobilizações políticas do período contava com ativistas oriundos das classes médias. A variação entre os grupos se deve mais aos distintos “contextos de micromobilização” nos quais se formaram. Isto é, a microcontextos de interação social, tais como instituições profissionais, grupos culturais e redes de amizade, nos quais cidadãos comuns se convertem em ativistas ambientalistas (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p. 154).

Onde a Linha Turismo não passa

O ônibus Linha Turismo faz um trajeto que atinge as localidades que circundam o centro da cidade e os bairros vizinhos (ver o traçado vermelho da Figura 1). Existem parques, bosques jardins e jardinetes situados em bairros mais distantes, que são atendidos pelas linhas de ônibus regulares. É preciso que a pessoa interessada tenha mais tempo para visitação e o deslocamento leva em média mais de uma hora para se chegar, por exemplo, ao Zoológico, Parque da Barreirinha, Parque Nascentes do Belém, Bosque Alemão, Parque Iguaç , Bosque do Capão da Imbuia, Parque dos Tropeiros, dentre outros.

O Zoológico, no sudoeste do município com 8.264.316 m², exige um dia para visitação. A pessoa precisa pegar dois ônibus, a partir do centro, e andar no local para ver os animais, e realizar as atividades de Educação Ambiental propostas pelos funcionários da Prefeitura. O Parque Passaúna, também no lado sudoeste com 6.673.474 m², na divisa com o município de Campo Largo, tem espaç os preservados para melhorar a qualidade das águas dos rios das cidades. Estes e outros parques limítrofes, como o parque nomeado “Nascentes do Belém” e o Parque da Barreirinha, são controladores da poluição dos rios que atravessam os bairros da cidade. Parte de seus trechos está coberta com vegetação nativa não acessível ao público ou coberta por concreto e asfalto. Possuem caminhos urbanizados paralelos ao curso dos rios para percurso dos visitantes e lagos artificiais com função est tica, lazer e cultural (CURITIBA, 2020).

As escolas públicas e privadas visitam partes dos rios em museus, bosques e parques. São espaços organizados para ofertar atividades educacionais como o Bosque Reinhard Maak, Bosque da Fazendinha, e Bosque João Paulo II. No Museu de História Natural, com matas de vegetação nativa no bairro do Capão da Imbuia, e no Museu Botânico, Situado no Jardim Botânico, há espaços de educação ambiental. O Parque dos Tropeiros (próximo aos conjuntos habitacionais Caiuá, Diadema, Ilhéus e Vera Cruz,) e o Parque Trabalhador, ambos situados no Bairro Cidade Industrial, distante do centro histórico, no sul do município, cujo entorno está intensamente urbanizado, sofrem atos de violência e degradação ambiental por parte da população, e recebem pouca atenção da guarda municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2020c).

O Parque Trabalhador possui espécies vegetais remanescentes da floresta de Araucárias (Floresta Ombrófila Mista), associada às árvores Pinheiro-do-Paraná, erva-mate, o carvalho, a aroeira, o cedro, a imbuia e o pinheiro-bravo. Ele representa um espaço de lazer, e também de preservação da qualidade de vida (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2020b).

Considerações finais

As áreas verdes urbanas públicas e privadas são relevantes para a qualidade de vida, conservação e preservação do ambiente natural. Todavia, é necessário que as políticas públicas estejam na liderança para manter e incorporar vegetação ao ambiente construído. O orçamento municipal para assegurar a gestão do patrimônio é essencial a fim de que o abandono não seja a causa da eliminação de áreas de qualidade ambiental.

Os planos urbanos para as cidades, com características intelectuais e políticas, desempenham uma função vital e necessitam ser valorizadas pelos cidadãos, enquanto ferramenta de gestão do patrimônio natural. Paralelamente, a organização de atividades de educação ambiental, atividades turísticas, de lazer, de recreação fazem parte da administração, manutenção e apropriação de áreas verdes. Panasolo *et al.* (2016) colocam que estes espaços devem ser diversos das aglomerações da cidade, os quais angustiam as pessoas. Por isso, a estética e a beleza dos parques, bosques, jardinetes e praças podem ser recursos coletivos históricos situados na dimensão simbólica do capital material e natural.

Em Curitiba, segundo Bourdieu, Catani *et al.* (2017), Chevallier e Chauviré (2010), a estruturante da legitimidade simbólica está forjada na formação dominante de categorias de percepção de cidade bem cuidada, nas palavras do Prefeito Rafael Greca (2017-2021). A produção de sentidos está corporificada nas relações de poder e de autoridade para convencer adeptos. Então, a cumplicidade dos moradores e dos turistas torna-se força simbólica histórica-sócio-cultural que mantém a ordem produzida socialmente em espaços definidos como áreas protegidas.

O papel do patrimônio natural, consolidado, sobretudo, em parques e bosques urbanos, tem promovido a atividade de turismo, e é uma atração de lazer, junto à natureza, legitimada por estatísticas e depoimentos partilhados. Faz parte da dimensão urbanística e ambiental da cidade, e está ratificada em discursos públicos de sustentabilidade divulgados pelas mídias. Adiciona-se a estas relações entre patrimônio natural e turismo, o transporte, na existência da linha de ônibus específica para atender as necessidades de acessibilidade aos locais.

Apesar das controvérsias da poluição do ar e do clima, os administradores públicos vendem a gerência eficaz do transporte urbano na cidade, que possui veículos movidos a biodiesel e veículos híbridos, elétricos e biocombustível. Tacitamente, as pessoas aceitam esta estratégia porque a frota de veículos é renovada a cada 12 anos, os carros estão sempre limpos, seguem horários regulares, e circulam em trajetos com ruas varridas, vegetação podada e, assim, o explícito esconde o implícito de espaços desordenados.

Os bens culturais e ambientais da cidade, simbolicamente estruturados, com esquemas de percepção específicos, têm características arbitrárias e políticas que limitam os direitos constitucionais do cidadão de direito ao meio ambiente equilibrado para grupos sociais minoritários. Em Curitiba, as áreas verdes foram implantadas em conjunturas históricas específicas, e suas particularidades e representações definidas foram estruturadas em uma realidade social manifestada na adesão à ordem estabelecida.

Por outro lado, vale ressaltar que o trabalho de conservação e preservação é contínuo, pois a cada ano o patrimônio natural simbólico, um patrimônio social, precisa ser renovado, reconstituído, mantido “salvo do esquecimento” na medida em que novos elementos, valores, hábitos, ideias, modelos e definições se constroem conjuntamente com as políticas públicas e com a coletividade.

A construção social da realidade se afirmou em diferentes administrações municipais pelo planejamento do território (1943-2020). Ela iniciou com diálogos entre organizações internacionais para criar espaços verdes que tivessem grande abrangência nos seus usos e apropriações pela população. Por exemplo, as iniciativas de recuperar antigos imóveis industriais desativados, situados a beira de rios, resultaram na incorporação deste patrimônio ao território de espaços de áreas verdes protegidas.

A adoção de uma política sociocultural e ambiental em Curitiba, observada mais especificamente desde a década de 1970, confere à cidade uma especial distinção, em relação aos demais 5.700 municípios, no que tange às áreas verdes urbanas, fiscalização e monitoramento em unidades de conservação e áreas de lazer. As transformações no patrimônio natural permitiram a percepção e aceitação de parques e bosques urbanos como figuras do corpo social e das atividades turísticas. Ao exercer o poder consentido pela população, cabe à municipalidade cuidar destes territórios, que sofrem ameaças de invasão e cortes de vegetação pelos próprios moradores do entorno destas áreas.

O turismo, e os atrativos turísticos, possuem sua posição no espaço social moderno, e seu trajeto de ascensão depende dos fluxos de visitantes e diferenciais de competição entre cidades e países. A presença de locais naturais no meio urbano tem importância social, ambiental, política e cultural na preservação e conservação da natureza. Eles atraem visitantes, e garantem o convívio saudável de seus habitantes, na medida em que minimizam os efeitos de câmbios climáticos, controlam enchentes e a regulação das águas das chuvas.

O patrimônio natural pode ser um guia de turismo para aqueles que têm a oportunidade de se aproximar dele. Ainda que esteja localizado em partes restritas dos territórios, ele é considerado também um patrimônio simbólico, e seus modos de perpetuação por épocas diferentes estão inseridos em lógicas de produção e de desenvolvimento econômico. A importância da interiorização do patrimônio natural no sistema de valores e como recursos sociais, culturais e econômicos dominantes, não deixa de ser um guia para o desenvolvimento do turismo e uma garantia de sua existência na sociedade. Tanto a biosfera, como os ecossistemas do Planeta, que garantem a existência da vida material e cultural, precisam estar representados no (in)consciente da coletividade para sua permanência na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos Estudos*, p. 151-167, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/08.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ANTONELLI, Diego. *O que eram os parques de Curitiba antes de virarem cartões-postais da cidade*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/que-eram-parques-curitiba-antes-de-irarem-cartoes-postais/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

AMIGOS DO PARQUE BARIGUI. *Lubomir Antonio Ficinski Dunin*. 2009. Disponível em: <http://amigosdoparquebarigui.blogspot.com/2009/04/lubomir-antonio-ficinski-dunin.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BALLÉ, William. The research program of historical ecology. *Annual Reviews Anthropologie*, n. 35, 2006, p. 35-75. Disponível em: arjournals.annualreviews.org. Acesso em: 12 mar. 2020.

BATISSE, Michel. Uma nova aliança. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 10, 1980. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/the-magazine/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BATISSE, Michel. A aliança entre o homem e a natureza. *O Correio da Unesco*, v. 20, n. 1, 1992. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/the-magazine/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BIOCIDADE. *Projeto de educação ambiental*. 2018. Disponível em: <http://www.biocidade.curitiba.pr.gov.br/biocity/54.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BOLETIM PMC. Curitiba, ano II, n. 12, 1943.

BONFIM, Izac de Oliveira Belino; BAHL, Miguel. A cidade de Curitiba-Pr. O turismo e suas imagens simbólicas. *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, v. 6, n. 4, p. 72-85, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRASIL. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 16 mar. 2020.

CALSING, Renata de Assis. *O protocolo de Quioto e o direito ao desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: S. Antonio Fabris, 2005.

CATANI, Afrânio Mendes *et alii*. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CAPES. *Documento de área*. 2013. Disponível em: http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Ambientais_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf. Acesso em: 11 mar. 2020.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CHEVALLIER, Stéphane; CHAVIRÉ, Christiane. *Dictionnaire Bourdieu*. Paris: Ellipses, 2010.

CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Paris, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CURITIBA. Decreto 521. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal Airumã. 2013. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/DIBAP/DIBAP_PROVISORIO/decreto_521.pdf. Acesso em: 18 mar. 2020.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/agenda_21.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

CURITIBA já conta com 27 áreas verdes particulares preservadas. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/curitiba-ja-counta-com-27-areas-verdes-particulares-preservadas#.XnJBG6hKiUk>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CURITIBA. Instituto Municipal Curitiba *Turismo*. 2020a. Disponível em: <https://turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/linha-turismo/10>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CURITIBA. *Linha Turismo*. 2020b. Disponível em: <https://turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/linha-turismo/10>. Acesso em: 30 mar. 2020.

DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, John *et alii*. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário, 2002, p. 52-73.

DIEGUES, Antonio C. *Repensando e recriando as formas de apropriação comum nos espaços e recursos naturais*, p. 1-17. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/repensando.pdf>. S/d. Acesso em: 16 mar. 2020.

FERNANDE, Diogo Luders *et alii*. A utilização do transporte coletivo pelo turista em Curitiba. *ABET*, v. 3, n. 2, p. 55 -64, 2013.

FORESTI, Débora Fabbri. *Aspectos da arquitetura orgânica de Frank Lloyd Wright na arquitetura paulista. A obra de José Leite de Carvalho e Silva*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo.

FRANCO, José Luiz de Andrade. *A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional*. 2002. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b559e4c2f8564c3833e40/1462457759369/05_Franco%2C+Jose+Luiz+de+Andrade.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

FUGII, Juliana Nami. *A promoção do desenvolvimento sustentável através das políticas públicas no município de Curitiba*. Curitiba, 2014. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Econômica) – Universidade Federal do Paraná.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. Disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/espacos-culturais/centro-de-criatividade-de-curitiba/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

GARCIA, Lorena Luana Wanessa Gomes. *Paisagens do médio-baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade*. São Paulo, 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

GNOATO, Salvador. Curitiba, cidade do amanhã: 40 depois: algumas premissas teóricas do Plano Wilhelm-IPPUC. *Vitruvius: Revista Arquitectos*, ano 6, p. 1-5, 2006. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.072/351>. Acesso em: 24 mar. 2020.

GRISE, Mayssa Mascarenhas; BIONDI, Daniela; ARAKI, Hideo. A floresta urbana da cidade de Curitiba-PR. *Revista Floresta*, Curitiba: UFPR, v. 4, n. 4, p. 425-438, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/42212>. Acesso em: 24 mar. 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Ministério do Meio Ambiente. 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9742-parque-nacional-mais-antigo-do-brasil-festeja-81-anos>. Acesso em: 31 mar. 2020.

IRVING, Marta de Azevedo; MATOS, Karka. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. *Floresta e Ambiente*, v. 13, n. 2, p. 89-96, 2006. Disponível em: <https://www.floram.org/article/588e2214e710ab87018b4640/pdf/floram-13-2-89.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

IUCN. *An interview with Erica Stanciu*. 14 out. 2010. Disponível em: <https://www.iucn.org/content/interview-erica-stanciu>. Acesso em: 20 mar. 2020.

IUCN. The International Union for Conservation of Nature. *About IUCN*. 2020. Disponível em: [iucn.org](https://www.iucn.org). Acesso em: 19 mar. 2020.

IUCN. *WCEL partners with UN Environment to launch campaign to protect environmental defenders*. Set. 2018. Disponível em: <https://www.iucn.org/news/world-commission-environmental-law/201809/wcel-partners-un-environment-launch-campaign-protect-environmental-defenders>. Acesso em: 19 mar. 2020.

LIMA, Aguiel Messias de; OLIVEIRA, Haydée Torres de. A (re) construção dos conceitos de natureza, meio ambiente e educação ambiental por professores de duas escolas públicas. *Ciência & Educação*, v. 17, n. 2, p. 321-337, 2011.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MORADORES de Curitiba vão pagar R\$ 4,50 na Linha Turismo. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/moradores-de-curitiba-vaopagar-r-450-na-linha-turismo/53046>. Acesso em: 16 mar. 2020.

NATIONAL GEOGRAPHIC. *These are the world's first national parks*. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/travel/national-parks/worlds-first-protected-lands-conservation-yellowstone/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

OSEKI, Jorge Hajime; PELLEGRINO, Renato Mesquita. *Sociedade e ambiente*. Cap. 8. p. 1-35, 2004. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/Bibliografia%20B%C3%A1sica/OSEKI,%20J.%20H.;%20PELLEGRINO,%20P.%20R.%20M.%20Paisagem,%20Sociedade%20e%20Ambiente.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PANASOLO, Alessandro; PETERS, Edson Luiz; NUNES, Melina Samma. *Áreas verdes urbanas à luz da nova legislação florestal: proteção, intervenção, hipóteses de uso e regularização fundiária*. Curitiba: Ambiente Juris, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. *Passeio Público*. 2020a. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/passeio-publico/324>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. *Parque Trabalhador*. 2020b. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parque-trabalhador/283>. Acesso em: 26 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. *Parque dos Tropeiros*. 2020c. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parque-dos-tropeiros/312>. Acesso em: 26 mar. 2020.

PARANÁ. Decreto n. 1.035 de 27 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PARQUE DAS PEDREIRAS. Disponível em: <https://parquedaspedreiras.com.br/parque-das-pedreiras>. Acesso em: 24 mar. 2020.

PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo, Annablume, 2001.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL. PDITScuritiba, 2014. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDITS_DO_MUNICIPIO_DE_CURITIBA.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/o-que-fazemos.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

RIBEIRO, Maurício Andrés. A crise ambiental urbana brasileira. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 52-80, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8723>. Acesso em: 24 mar. 2020.

VIEIRA, Liszt; CADER, Renato. A política ambiental do Brasil ontem e hoje. *Revista Eco 21*, ed. 129, ago. 2007a. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1601>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VIEIRA, Liszt; CADER, Renato. A política ambiental do Brasil ontem e hoje. *Revista Eco 21*, ed. 124, mar. 2007b. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1513>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SCHAIK, Carel Van; RAO, Madhu. O modelo de desenvolvimento de fronteira e sua relevância no manejo de áreas protegidas. In: TERBORGH, John *et alii* (org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário, 2002, p. 455-472.

SIRKIS, Alfredo. O desafio ecológico das cidades. In: TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 215-229.

SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidades de São Paulo.

SOARES, Thelma Shirlen; MOTA, José Hortêncio. Araucária - o pinheiro brasileiro. *Revista Científica e Eletrônica de Engenharia Florestal*, ano II, n. 3, p. 1-8, 2004. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/J28RNqr1Zj1IkPY_2013-4-24-15-38-57.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

SOUZA, João Valdir Alves de. Estrutura e ação na sociologia contemporânea: Pierre Bourdieu e Michel de Certeau. *Revista de Ciências Humanas*, v. 3, n. 1, p. 23-33, 2003.

STÜRMER, Arthur Breno; COSTA Benhur Pinós da. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 50-60, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/26693/pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

TERBORGH, John; SCHAIK, Carel Van. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, John *et alii*. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário, 2002, p. 25-36.

TADINI, Rodrigo Fonseca. Aula 3 – Evolução histórica do turismo. In: TADINI, Rodrigo Fonseca; MELQUIADES, Tania. *Fundamentos do turismo*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. v. 1, p. 47-68.

TADINI, Rodrigo Fonseca. Aula 5 – Turismo: conceitos e definições. In: TADINI, Rodrigo Fonseca; MELQUIADES, Tania. *Fundamentos do turismo*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. v. 1, p. 105-120.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Campinas: Companhia das Letras, 1988.

UEMURA, Marcelo Hidemi; OLIVEIRA, Maykel Fogaça. *Projeto de pesquisa: demanda turística*. Curitiba: Instituto Municipal Curitiba Turismo, 2012.

UEMURA, Marcelo Hidemi; OLIVEIRA, Maykel Fogaça. 2013. *Projeto de pesquisa: demanda turística*. Curitiba: Instituto Municipal Curitiba Turismo, 2013.

UEMURA, Marcelo Hidemi and OLIVEIRA, Maykel Fogaça. *Projeto de pesquisa: demanda turística*. Curitiba: Instituto Municipal Curitiba Turismo, 2014.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Textos fundamentais da Convenção de Proteção do Patrimônio Mundial de 1972*. Edição 2005. Disponível em: whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-1.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

UNILIVRE. *A Unilivre*. Disponível em: <https://unilivre.org.br/a-unilivre-ulma/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

URBS – Urbanização de Curitiba. Linha Turismo teve 608 mil embarques em 2016. Janeiro é o mês mais concorrido. Disponível em: <https://www.urbs.curitiba.pr.gov.br>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Maclovia Corrêa da Silva é Professora Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (ITFPR). Pós-Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Doutora em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Ciências Econômicas e em Letras pela UFPR. Estágio pós-doutoral no Colegio de la Frontera Norte, sede Monterrey, México, sobre gestão da água. Desde 2009 representa a UTFPR no programa de mestrado e doutorado Erasmus Mundus TPTI.

Maria Eugenia González Ávila é Professora do Departamento de Estudios Urbanos y del Medio Ambiente e atual Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestión Integral del Agua (Mestrado) do El Colegio de la Frontera Norte (COLEF), México. Doutora em Uso y Manejo de los Recursos Naturales do Centro de Investigaciones Biológicas del Noroeste (CIBNOR), México. Investigador Nacional do Sistema Nacional de Investigadores (SNI), Nível I.

Como citar:

SILVA, Maclovia Corrêa da; GONZÁLEZ-AVILA, Maria Eugenia. Patrimônio natural é o guia simbólico do turismo em Curitiba-PR, Brasil. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 76-113, jan./jun. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.